



Primeiro a
JUVENTUDE
AÇORIANA!

MOÇÃO ESTRATÉGIA GLOBAL

PRIMEIRO A JUVENTUDE AÇORIANA!

1º SUBSCRITOR

LUÍS RAPOSO

CANDIDATO À CPR JSD AÇORES





LUÍS RAPOSO

Caros companheiros/as e amigos/as

A decisão de me candidatar pela primeira vez à liderança da nossa estrutura foi encarada com enorme sentido de responsabilidade e coragem. No entanto, é com a decisão de me recandidatar que este sentido de responsabilidade se consolida, sendo a confirmação do compromisso feito com todos e para todos vós no anterior mandato.

Os jovens são a força motora da nossa sociedade, agentes de mudança, irreverentes e ambiciosos. Desta forma, liderar a JSD Açores, apesar de ser uma experiência desafiante e exigente, é algo que muito me orgulha e me incentiva a querer representar a mudança de que a estrutura necessita.

O projeto “Primeiro a Juventude Açoriana” surge com o intuito de solucionar/amenizar as principais dificuldades sentidas pelos Açores e pelos jovens açorianos, tendo em consideração o contexto



LUÍS RAPOSO

político nacional instável, como também a conjuntura política externa.

Esta candidatura cresce e consolida diariamente em todos vós, nos vossos concelhos e freguesias, com o objetivo claro de colocar a juventude açoriana no centro do debate político, promovendo a proximidade, a participação cívica e o uso do pensamento crítico.

Reconhecer e valorizar a singularidade das nossas ilhas é essencial para a criação de estratégias que melhor vão servir a Região. Pretendo que esta seja uma candidatura inclusiva, agregadora, transversal, capaz de responder às necessidades dos jovens açorianos, independentemente da sua idade, género ou naturalidade.

Apesar de encabeçar este projeto, esta candidatura também é tua! É tempo de dignificar a JSD Açores, trilhando um novo rumo!

Vem fazer parte desta mudança e colocar em **Primeiro a Juventude Açoriana!**

ENQUADRAMENTO

A JSD/Açores é uma organização do Partido Social Democrata, cuja fundação data do ano de 1975, que, desde então, trilhou uma história incansável na luta intransigente dos direitos e das causas dos jovens dos Açores.

Orgulhosos do passado, e com os olhos postos no futuro, a candidatura “Primeiro a Juventude Açoriana” pretende dar continuidade a este trabalho que já conta com quase meio século, ambicionando não só assumir a liderança de causas, a agenda política atual, bem como aproximar os jovens açorianos centros de decisão. Para nós, todos os jovens contam!

Através desta Moção Estratégia Global, que procura ser um documento orientador da nossa atuação política, iremos pautar a nossa atuação política pela proximidade para com os dirigentes do nosso partido, em particular do Grupo Parlamentar do PSD/Açores.

Por meio deste, e de tantos outros meios, iremos apresentar e lutar pela apresentação das nossas propostas, bem como projetos de resolução que vão ao encontro das reais necessidades dos jovens, independentemente da ilha em que nasceram. Os Açores como um nove único.



Primeiro a
JUVENTUDE
AÇORIANA!

ENQUADRAMENTO

A JSD/Açores deve liderar a agenda política e envolver o máximo de jovens na partilha de ideias e na criação de soluções.

Os jovens de hoje serão os homens e as mulheres de amanhã, que irão liderar o poder local e o poder legislativo na nossa Região. Serão aqueles que irão desempenhar cargos de chefia nas empresas, que irão liderar as associações, as forças vivas, recreativas, desportivas e culturais das nossas freguesias.

Nós, enquanto juventude partidária, teremos, para além de defender os jovens dos Açores, preparar os nossos quadros para o futuro, pois serão eles que irão liderar amanhã o nosso partido, o nosso PSD-Açores.

A conjuntura política e económica nacional instável, a crise inflacionista provocada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia, bem como os rastilhos da crise pandémica que finalmente nos deu tréguas têm nos trazido dificuldades acrescidas, o que eleva ainda mais o sentido de responsabilidade dos dirigentes políticos.

Neste sentido, temos assistido a cenários que colocam os nossos jovens em problemas que carecem de uma atenção iminente, tais como a taxa de sucesso e abandono escolar, a transição para o

ENQUADRAMENTO

mercado de trabalho, que permita ao jovem ter condições de trabalho condignas, estáveis, através de um salário justo e meritório, o difícil acesso à habitação, que tem entardecido a emancipação dos nossos jovens.

Para nós a formação é o pilar fundamental da nossa sociedade e da nossa economia. O salário é um fator de fixação territorial e a habitação é, para além de um direito constitucional, uma política de natalidade.

É com este sentido de missão e responsabilidade que apresentamos a todos vós esta MEG. Um documento estratégico, com propostas reais, práticas e objetivas, e que têm um único propósito: defender, solucionar e ir ao encontro das reais necessidades dos nossos jovens.

Iremos trabalhar juntos, com todos vós, porque todos contam. A nossa atuação política, para além de colocar a JSD/Açores no mapa da política nacional e europeia, irá ser pautada pela taxa de execução desta MEG, bem como ao recurso de todas as moções temáticas apresentadas em congresso, um verdadeiro complemento à atuação política da JSD/Açores.

Todos juntos, porque Primeiro (está) a Juventude Açoriana!



Primeiro a
JUVENTUDE
AÇORIANA!

ÍNDICE

1. Educação e assuntos culturais	9
2. Saúde e desporto	16
3. Economia	25
4. Emprego e Empreendedorismo	29
5. Habitação	34
6. Transição energética , Ambiente e alterações climáticas ...	39
7. Pescas, desenvolvimento rural e agricultura	43
8. Turismo e mobilidade	49
9. Cidadania e ação social	58
10. Juventude e associativismo	63
11. Coesão territorial	67
12. Açores, Europa e o Mundo	71
13. Autonomia	75
14. Poder local	79
15. JSD - o papel assumir no PSD	83



1. EDUCAÇÃO E ASSUNTOS CULTURAIS

A Educação é o elevador social mais importante em qualquer sociedade democrática, detendo um papel determinante no desenvolvimento do Homem e do Mundo que o rodeia.

Dependendo do investimento realizado neste ramo, o produto deste capital poderá implicar uma comunidade mais competente e resiliente aos problemas decorrentes do dia-a-dia. Torna-se preponderante tomar decisões ajustadas, uma vez que estas vão decidir a capacitação das pessoas e dos sistemas.

A escola e o sistema educativo, mais do que a transmissão de saberes e conhecimentos, deve preparar os indivíduos para o futuro, não só nas vertentes Estar e Ser, mas também no que diz respeito aos desafios sociais, culturais e económicos que poderão surgir em diferentes momentos da sua vida.

Os desafios que os pais dos jovens da nossa região enfrentavam no século XX não são os desafios que em pleno século XXI enfrentamos. As oportunidades de acesso ao ensino alteraram-se, o próprio sistema educativo foi modificado e as necessidades de aprendizagem estão em constante mudança. Felizmente, vivemos numa sociedade mais desenvolvida e mais instruída, com mais acessos e com mais instrumentos capazes de construir a Inovação.



1. EDUCAÇÃO E ASSUNTOS CULTURAIS

Contudo, há situações e/ou constrangimentos que podem colocar em risco o sistema escolar, o sucesso ou a igualdade de oportunidades.

Esta é uma situação assumidamente possível de acontecer graças à reestruturação dos sistemas e dos indivíduos. Assim, é neste seguimento que as respostas educativas deverão dar resposta (de e para) o Futuro, tendo em conta, não só o passado, mas também o presente.

A verificação de mudanças sociais deve obrigatoriamente provocar uma mudança no sistema de Educação, indo ao encontro das reais necessidades estruturantes, educativas e pedagógicas. Nos dias de hoje é cada vez mais importante capacitar os alunos para uma boa integração na sociedade e no mercado de trabalho, preparando-os para as adversidades sociais que poderão enfrentar no seu quotidiano.

Indicadores do Instituto Nacional de Estatísticas relatam que, em 2021, apenas 10% dos alunos entre os 18 e os 20 anos terminaram o ensino secundário e ingressaram no Ensino Superior, comparativamente aos dados do Continente que se situavam nos 41,7% e aos 13,4% da Madeira.



1. EDUCAÇÃO E ASSUNTOS CULTURAIS

Devido às características ultraperiféricas do Arquipélago dos Açores, muitos dos estudantes açorianos optam por prosseguir os seus estudos no Continente Português, uma vez que a oferta de cursos é mais ampla.

Na mesma ordem de ideias, a Cultura é o meio de demonstração de uma sociedade eficazmente qualificada e instruída. A partir desta, o Homem pode afirmar a sua identidade enquanto parte de uma sociedade, confirmando a sua capacidade de retenção, aplicação e desenvolvimento de conhecimentos.

Desta forma, apresentamos as seguintes medidas:

1- Incentivos ao Ingresso no Ensino Superior

Considerando que atualmente o contingente Açores está situado nos 3,5%, um dos pilares deste programa é enviar esforços com a Assembleia da República, para que o valor percentual do contingente Açores possa aumentar para 5%, promovendo a ampliação das possibilidades dos diferentes cursos e currículos, em consonância com as preferências e rumo profissional que os jovens possam escolher.



1. EDUCAÇÃO E ASSUNTOS CULTURAIS

Além disso, iremos definir um novo teto máximo das passagens aéreas dos estudantes deslocados, num sistema similar àquilo que acontece na região da Madeira e, ainda, criar um processo de reembolso menos burocrático, o que irá proporcionar uma diminuição das despesas dos estudantes e consequentemente melhoria na gestão dos seus recursos monetários.

2- "Educação para a Vida"

Com o término da disciplina de Cidadania no 3.º Ciclo do Ensino Básico, propomos a criação de uma unidade curricular com o seguinte conceito “Educação para a Vida”. Esta disciplina será ministrada no Ensino Secundário (vertente regular e profissional), tendo como principais finalidades preparar os alunos para o seu futuro - pessoal, social, cultural e profissional e, principalmente, dotar estes indivíduos de capacidades que possibilitem adquirir conhecimentos na área económico financeira, como por exemplo, na criação de uma conta bancária ou domínio de saberes básicos sobre finanças e emprego; incentivar um cuidado acrescido com a própria saúde geral, com enfoque num tema atual que é a saúde mental; e habilitar estes jovens a atender e solucionar questões sociais, em conformidade com o nível de ensino e com as suas pretensões de vida.



1. EDUCAÇÃO E ASSUNTOS CULTURAIS

3 - + Cultura Açores

Com vista ao combate da sazonalidade nas áreas do Teatro, Música, Artes Manuais, Artesanato, Dança, entre outras parcelas culturais da nossa génese açoriana cultural, esta medida pretende levar a cada uma das 9 ilhas e dos seus museus/centros de artes, num horário noturno, um fim de semana temático das áreas supramencionadas ao longo de toda a época baixa elevando a Cultura Açores através do convite de artistas 100% açorianos. Este será um incentivo aos jovens, para que estes possam visitar mais frequentemente o Património dos Açores num horário que lhes é cativante. Ainda neste âmbito de incentivos à cultura propomos uma redução do valor das entradas em museus, exposições e similares para os jovens da região, tal como já acontece em diversos países da União Europeia.

4- Prémio Literário Açores

Propomos a criação de um concurso denominado “Prémio Literário Açores Vitorino Nemésio”. Este concurso visa a celebração da escrita açoriana e da premiação dos escritores da nossa Região, promovendo os atuais autores e, simultaneamente, homenagear o nosso passado que é muito rico neste quadro. O objetivo é que este



1. EDUCAÇÃO E ASSUNTOS CULTURAIS

concurso seja transversal a outros conceitos artísticos, consoante critérios pré-estabelecidos, e que reconheça os artistas dos Açores e o seu excelente trabalho na promoção da Cultura Açores.





2. SAÚDE E DESPORTO

Apostar na área da saúde deverá ter sempre em vista a criação de hábitos de vida saudáveis como forma de prevenção de doenças.

O Serviço Regional de Saúde deve preocupar-se em proporcionar um desenvolvimento que permita garantir a coesão social da nossa Região.

Nesta área fulcral de atuação, em constante mutação e atualização, haverá sempre mais a fazer para que todos os açorianos tenham o acesso aos cuidados de saúde de forma equitativa, com garantias de qualidade e de sustentabilidade, culminando na melhoria dos indicadores de cuidados de saúde.

O aumento da esperança média de vida e do consequente envelhecimento das populações traz consigo um maior número de doenças crónicas, degenerativas e mentais, agravando a pressão cada vez maior sobre os serviços de saúde.

Uma boa articulação entre os diversos níveis de cuidados e das redes existentes torna-se fundamental para a otimização dos recursos e cuidados prestados.



2. SAÚDE E DESPORTO

Apostar na área da saúde deverá ter sempre em vista a criação de hábitos de vida saudáveis como forma de prevenção de doenças.

O Serviço Regional de Saúde deve preocupar-se em proporcionar um desenvolvimento que permita garantir a coesão social da nossa Região.

Nesta área fulcral de atuação em constante mutação e atualização haverá sempre mais a fazer, para que todos os açorianos tenham o acesso aos cuidados de saúde de forma equitativa, com garantias de qualidade e de sustentabilidade, culminando na melhoria dos indicadores de cuidados de saúde.

O aumento da esperança média de vida e do consequente envelhecimento das populações traz consigo um maior número de doenças crónicas, degenerativas e mentais, agravando a pressão cada vez maior sobre os serviços de saúde.

Uma boa articulação entre os diversos níveis de cuidados e das redes existentes torna-se fundamental para a otimização dos recursos e cuidados prestados.



2. SAÚDE E DESPORTO

A disponibilização de meios técnicos e informáticos que permitam a partilha da informação clínica e administrativa do utente é determinante para a aproximação e articulação entre os cuidados primários e diferenciados, reduzindo assim os tempos de espera hospitalar e direcionando os doentes para o acompanhamento adequado.

Não obstante, a contratação de médicos especialistas em medicina geral e familiar necessita de ser reforçada de forma a colmatar a existência de 24.170 utentes inscritos nas unidades de saúde de ilha que ainda não dispõem de médico de família, para que possamos ultrapassar a descontinuidade geográfica, com especial atenção às necessidades da nossa situação arquipelágica, promovendo a acessibilidade de todos a cuidados de saúde de forma equitativa desde Santa Maria ao Corvo.

Torna-se fundamental definir políticas que visem a qualificação e humanização dos cuidados de saúde na Região aos diferentes níveis. Face às das taxas alarmantes, entre os jovens com idade igual ou inferior a 18 anos, de consumo de álcool (30,1% nos Açores no ano de 2021) e substâncias ilícitas (27,5% nos Açores por oposição a 25,4% a nível nacional no ano de 2021), e visto que atualmente a região apenas dispõe de apoio adequado para utentes de maior



2. SAÚDE E DESPORTO

idade (Casa de Saúde de São Miguel e da Casa de Saúde da Terceira), urge a criação de ferramentas que permitam a reabilitação dos jovens em situação vulnerável quer por consumos, quer por se encontrarem em risco de violência, jovens estes que na presente conjuntura são obrigados a realizar o seu tratamento em Portugal continental, agravando com o distanciamento do seu meio social e familiar, ainda mais a situação de fragilidade em que se encontram.

A responsabilização e informação dos cidadãos nas políticas para a promoção da sua saúde através do desporto e prevenção da doença é um dos grandes desafios que se colocam neste sector. O Desporto nas suas múltiplas e variadas facetas preconiza-se como uma atividade social em constante transformação com importância no desenvolvimento das crianças e jovens.

As taxas de participação na região (22.287 atletas federados em 46 modalidades) são elevadas, sendo necessário mantê-las, ou até mesmo superá-las, por um lado através da melhoria das condições e, por outro, aumentando a prática da atividade física desportiva, de uma forma transversal com especial atenção ao desporto adaptado; garantindo a disponibilização de oportunidades de prática e aprendizagem em ambiente qualificado das crianças e jovens em situações vulneráveis, para que um estilo de vida ativo e saudável seja repercutido por toda a população.



2. SAÚDE E DESPORTO

Um dos órgãos consultivos em matéria de desporto de alto rendimento é o Conselho Açoriano para o Desporto de Alto Rendimento, cujas competências passam por coordenar os apoios a conceder aos atletas integrados no estatuto nacional de alto rendimento e aos jovens talentos regionais, definindo as condições de acesso aos mesmos e às bolsas académicas para o desporto de alto rendimento de cada modalidade. No entanto, não preconiza o desporto adaptado, pelo que urge dar conhecimento desta realidade, da qual é um exemplo de sucesso o Clube Desportivo Santa Clara que arrecadou recentemente o título de campeão de futsal em Desporto Adaptado. Tudo isto com vista a capacitar os clubes formativos de diversas modalidades e as escolas da formação adequada a este público tão característico.

O Desporto pelas suas características e pela realidade atual na Região pode e deve contribuir para o desenvolvimento ativo das outras áreas de intervenção social, sendo uma aposta clara na melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos, mantendo e aprimorando o papel que já desempenha nos dias de hoje.

Para o desenvolvimento e continuação de tais desideratos foram definidos os seguintes objetivos e medidas:



2. SAÚDE E DESPORTO

1- Melhoria dos centros reabilitação

Com a reabertura destes centros multidisciplinares direccionados aos jovens entre os 14 e os 17 anos, vocacionalizados na estabilização/ajuste da transferência/descontinuação de programas de tratamento com agonistas opiáceos, bem como o tratamento e estabilização de comorbilidade psiquiátrica. Se tais centros forem localizados na nossa região será certamente mais promissora a manutenção e melhoria da adesão às medidas terapêuticas que lhe estão prescritas, visando à abstinência, ajudando à reorganização do mundo interno dos utentes, e a perspetivar o seu futuro com enfoque no autocontrolo sobre o consumo de drogas, desenvolvendo as competências pessoais, sociais, autonomização do utente e a sua plena inserção social.

2- e-Triagem

Com vista a reduzir os tempos de espera hospitalar e dando prioridade aos serviços de saúde primários, apresentamos como proposta a criação de um sistema online de pré-triagem simples e conciso, com vista a encaminhar os utentes do serviço regional de saúde atendendo ao grau de urgência da sua situação clínica (emergente, urgente e não urgente). Dirigindo os doentes para o



2. SAÚDE E DESPORTO

serviço hospitalar ou para o centro de saúde, contratando estes últimos mais médicos especialistas em medicina geral e familiar, a fim de aumentar o número de horas diárias de consulta aberta para que seja possível atender a todos os utentes em tempo útil.

3 - Criação do Gabinete de Desporto Adaptado

A Inclusão é uma das temáticas que deverá estar presente em qualquer atividade do nosso quotidiano. Desta forma, o Desporto não deverá ser exceção, uma vez que todos os cidadãos têm direito à prática desportiva. Pelo que propomos a criação de um gabinete de desporto adaptado, que terá competências de divulgação desta vertente nas escolas, associações e entidades sociais, com a principal finalidade de alargar esta realidade a todos os jovens, realçar o que já está a ser realizado, bem como apoiar os seus atletas.

Aliado a isso, este projeto fará diligências para que o Desporto Adaptado possa incorporar o sistema de Jovem Talento Regional, com medidas ajustadas às necessidades dos atletas, nomeadamente no que toca aos critérios de acesso a este estatuto.

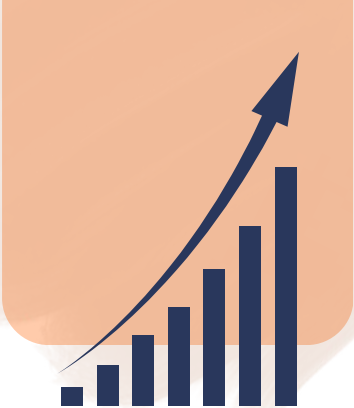


2. SAÚDE E DESPORTO

4 - Salvar Vidas

O projeto “Salvar Vidas” incide sobre a habilitação de todos os recintos desportivos da Região com desfibriladores automáticos para uso em caso de emergência durante a atividade desportiva.



A graphic element in the top left corner featuring a bar chart with seven bars of increasing height, overlaid with a thick, dark blue arrow pointing upwards and to the right, set against a light orange background.

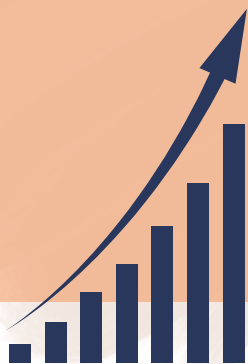
3. ECONOMIA

A conjuntura política externa veio agravar os desafios sentidos pela Região naquela que seria a época de relançar a economia dos Açores após uma grave e inesperada pandemia que afetou todo o mundo. Desta forma, torna-se urgente combater os efeitos sociais e económicos provocados pela nova guerra na Europa, nomeadamente com a invasão da Rússia à Ucrânia, bem como os efeitos ainda sentidos pela recente pandemia.

Para fazer a retoma da trajetória de crescimento económico é necessário tirar proveito das vantagens competitivas da Região, tendo sempre em conta as especificidades de cada ilha, as suas características e necessidades.

Dentro da área económica, é importante também reconhecer a economia azul enquanto um dos setores de enorme futuro para a Região e que em muito contribuirá para o desenvolvimento do nosso arquipélago, já que o mar dos Açores constitui parte significativa da área de jurisdição marítima do país.

A economia verde assume também um papel fulcral e estratégico para o desenvolvimento da Região, já que as nossas ilhas são internacionalmente reconhecidas por apresentarem, na sua grande maioria, elevados níveis de qualidade ambiental.



3. ECONOMIA

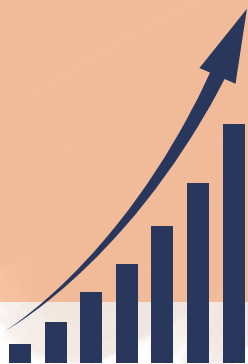
É, assim, fundamental que o crescimento da economia açoriana se faça segundo uma estratégia sustentável, promovendo a proteção ambiental e a gestão otimizada dos recursos naturais, com o intuito de não comprometer as gerações futuras. Desta forma, propomos:

1- “IVA”

Apoiar os jovens e as famílias açorianas na redução do IVA para a taxa mínima na Educação e em todas as despesas que envolvem os recém-nascidos. Políticas de aposta na Educação como elevador social e de fixação populacional, respetivamente.

2- Prémio de “Estabelecimento Verde”

Privilegiar a economia verde nos Açores, valorizando os estabelecimentos de hotelaria e restauração nos Açores que cumpram critérios de sustentabilidade ambiental e energética, através da entrega deste prémio. Consideramos que com este prémio poderemos incentivar outros estabelecimentos a adotar práticas e políticas de sustentabilidade.



3. ECONOMIA

3- Centro Regional da Inovação na Economia do Mar

Propomos a criação de um centro regional de inovação e exploração sustentável do nosso oceano, um espaço pioneiro e líder na pesquisa das espécies marinhas e preservação das mesmas. O grande objetivo é agilizar condições para reunir empresas (mais desenvolvidas nas várias áreas da economia azul) nos Açores e desenvolver projetos de Investigação e Desenvolvimento em (bio)economia azul.





4. EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

O Emprego não é uma área essencial apenas pela manutenção financeira, estando também intimamente relacionado com a dignificação da vida, a realização pessoal dos nossos cidadãos, a construção social, consolidando assim famílias e estruturando a sociedade.

Com o intuito de melhorar a empregabilidade na nossa Região, tem de ser facilitada a colocação dos jovens que cada vez mais têm apostado na sua formação pessoal, enriquecendo, assim, as empresas públicas e privadas com a sua energia, irreverência e capacidade de adaptação.

Aliado a isto, é necessário incentivar a economia privada para que esta consiga gerar mais postos de trabalho, unindo os esforços do Governo, das autarquias e das empresas, formando assim uma cooperação técnico-financeira que em muito enriquecerá a economia açoriana.

Com o surgimento da pandemia provocada pela doença Covid-19, ficou clara a necessidade de capacitar as empresas para procederem à transição digital, o que lhes permite aprimorar as diversas áreas da sua atuação, bem como suprir as atuais necessidades do mercado.



4. EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

De maneira a concretizar uma passagem coesa da vida estudantil/ académica para o mundo do mercado, nós propomo-nos a defender as seguintes soluções, que vão ao encontro daquelas que são as metas do Governo Regional:

1- Ao (mercado de) trabalho

É essencial proporcionar aos jovens açorianos condições de trabalho dignas, com direitos laborais e com uma remuneração que lhes permita alcançar condições de vida e que lhes permita e facilite a criação dos seus próprios negócios. Neste sentido, iremos propor uma alteração ao Programa Estagiar L, em que se diferencie o montante salarial de um jovem que tenha concluído a licenciatura, de um jovem que tenha concluído mestrado. Em termos práticos, o jovem licenciado continuaria a receber os 25% de majoração em cima do salário mínimo regional e o jovem mestre seria majorado em 40%, o que perfaz 15%.

2- Justiça, igualdade e liberdade laboral

Disponibilizar aos jovens empregados um tratamento de qualidade, justo e, acima de tudo, que proporcione igualdade nas oportunidades para que se possa acabar de uma vez por todas com a discriminação existente em alguns setores do mercado de



4. EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

trabalho. Garantir que estes jovens possam, livremente, desenvolver as suas competências, que ganhem a devida experiência, tanta vez exigida em entrevistas, moldando-os assim às dinâmicas do mercado de trabalho.

3- Regeneração de Ouro

Incentivar a contratação de jovens licenciados para a Administração Pública e criar a Bolsa de Polivalentes, ou seja, possibilitar às instituições de Administração Pública a criação de um quadro de pessoal extra para precaver algumas eventualidades como ausências derivadas de pedidos de mobilidade, baixas médicas e luto.

4- Start-Ups

É com o objetivo de incentivar a economia privada para que esta consiga gerar mais postos de trabalho que propomos o lançamento de concursos de empreendedorismo com o intuito de resolver os desafios dos vários municípios dos Açores, fazendo também maior proveito dos nossos parques de investimento e inovação, nomeadamente o NONAGOM, localizado na ilha de São Miguel e o



4. EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

TERINOV, localizado na ilha Terceira. Podendo ser colocado em prática a criação de valências destes parques nas restantes ilhas.

5- Profissionalizar o tecido empresarial

Capacitar todas as escolas profissionais com docentes de modo a abrir o maior número de cursos profissionais nestas mesmas, aliviando assim as escolas públicas que se encontram soblotação. Estas escolas profissionais assumem um papel preponderante na preservação das tradicionais profissões que começam a desaparecer ou por falta de formação ou por falta de mão de obra disponível.





5. HABITAÇÃO

O acesso à habitação condigna, adequada e a custo acessíveis constitui-se como, segundo a Constituição da República Portuguesa (CRP), um direito constitucional.

Com base neste princípio constitucional, foi criada, em 2019, a primeira Lei de Bases da Habitação, segundo consta a Lei n.º 83/2019, publicada na Série I de 2019-09-03, do Diário da República n.º 168/2019.

O documento visa estabelecer os alicerces e os pontos basilares do direito à habitação, bem como as tarefas primordiais do Estado na garantia deste direito a todos os cidadãos, segundo os parâmetros e os termos estabelecidos na CRP.

Portugal Continental, bem como as suas duas Regiões Autónomas – Açores e Madeira – apresentam, nos dias de hoje, uma das piores médias da Europa no que à idade de saída da casa dos pais diz respeito. 33,6 anos de idade, comparativamente aos 26,5 anos de média da EU, é a idade média a partir da qual os jovens conseguem almejar a sua emancipação.

De acordo com a nossa visão, além de todos os factos supramencionados, a habitação deve ser vista como uma política de



5. HABITAÇÃO

natalidade e de fixação territorial, o que por sua vez irá aumentar a taxa de natalidade e, por conseguinte, o número de população residente.

Assim, e com sentido de responsabilidade de que mais deve ser feito, propomos:

1 - A minha primeira escritura

Comparticipação do valor da escritura e do valor do imposto de selo na aquisição do primeiro terreno para fins de construção de habitação própria permanente e/ou na aquisição do primeiro imóvel, com fins habitacionais, para jovens até aos 35 anos de idade.

2 - Reforma do “Porta 65”

Reformulação do programa de apoio ao arrendamento “Porta 65”, junto dos nossos deputados na Assembleia da República. Alteração do parâmetro de atribuição de comparticipação de renda de “Renda Máxima Atribuída” para “Renda Máxima Média”, assente no preço médio de mercado de cada concelho dos Açores, salvaguardando exceções para agregados familiares com mais três ou mais elementos.



5. HABITAÇÃO

natalidade e de fixação territorial, o que por sua vez irá aumentar a taxa de natalidade, e o número de população residente, por conseguinte.

Neste sentido, e com sentido de responsabilidade de que mais deve ser feito, propomos:

1 -A minha primeira escritura

Comparticipação do valor da escritura e do valor do imposto de selo na aquisição do primeiro terreno para fins de construção de habitação própria permanente e/ou na aquisição do primeiro imóvel, com fins habitacionais, para jovens até aos 35 anos de idade.

2 - Reforma do “Porta 65”

Reformulação do programa de apoio ao arrendamento “Porta 65”, junto dos nossos deputados na Assembleia da República. Alteração do parâmetro de atribuição de participação de renda de “Renda Máxima Atribuída” para “Renda Máxima Média”, assente no preço médio de mercado de cada concelho dos Açores, salvaguardando exceções para agregados familiares com mais três ou mais elementos.



5. HABITAÇÃO

3 - Isenção do IMT

Isenção do IMT na aquisição do primeiro terreno para construção de habitação própria permanente, até 60 mil euros, e/ou do primeira casa para habitação própria permanente, até 175 mil euros, para jovens até aos 35 anos de idade.

4 - Redução do IMI

Redução do IMI até ao limite legal de 0,3% em todos os municípios dos Açores, de imóveis para fins habitacionais para jovens até aos 35 anos de idade, exceto nos municípios que se encontram em situação de reestruturação financeira.

5- Programa “Fénix”

Aquisição e beneficiação de imóveis devolutos (ruínas) ou de evidente estado de degradação para atribuição a jovens casais, em regime de arrendamento com opção de compra.





6. TRANSIÇÃO ENERGÉTICA , AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Preservar o ambiente é um elemento chave para a nossa sobrevivência, sendo esta uma preocupação acrescida na nossa Região, que é reconhecida a nível nacional e internacional, pela excelência da qualidade ambiental e pelo potencial dos seus recursos naturais.

Sendo os Açores uma Região Ultraperiférica, os efeitos associados às alterações climáticas representam especial perigo, podendo potencializar o desequilíbrio e a vulnerabilidade dos ecossistemas e espécies endémicas do arquipélago, dando-se o risco da escassez dos recursos naturais.

Desta forma, torna-se cada vez mais urgente a criação de estruturas e instrumentos legislativos que visem a regulação do Ambiente, abrangendo a qualidade ambiental, a conservação da natureza, os recursos hídricos e o ordenamento do território, sendo estes essenciais para a manutenção e preservação do Ambiente tal como o conhecemos, tendo em vista o desenvolvimento sustentável.

Ao abordarmos este grande tema, é inevitável referir o Pacto Ecológico Europeu. Este visa transformar a União Europeia numa economia moderna, eficiente na utilização dos recursos e competitiva, acabando com as emissões líquidas de gases com



6. TRANSIÇÃO ENERGÉTICA , AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

de estufa até 2050 e, pelo menos, 55% até 2030, sem que o crescimento económico fique dissociado da utilização de recursos nem nenhuma região seja menosprezada.

Desta forma, e tendo em conta os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, propomos a adoção das seguintes medidas:

1- The green plan

O Plano Verde consiste na criação de mais áreas verdes nos centros das cidades, com plantação de espécies nativas (da floresta Laurissilva), de acordo com as características do local, dotando igualmente essas áreas com mais pontos de recolha de resíduos, salvaguardando o enquadramento paisagístico.

2- Footprint Calculator

Criação do “Azores Footprint Calculator”, em formato web e app, que permita ao seu utilizador calcular, através de várias questões sobre os seus hábitos de vida e consumo, a sua pegada ecológica e respetivo impacto. Esta nova ferramenta funcionaria como um mecanismo de sensibilização, sendo financiada pelo Governo Regional.



6. TRANSIÇÃO ENERGÉTICA , AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

3- Criação de um Projeto Piloto de Bueiros Inteligentes

Propomos a criação de um projeto piloto de bueiros, através da implementação de uma rede dinâmica de filtragem de resíduos, nos concelhos dos Açores, de forma a diminuir a quantidade de lixo depositada, e acumulada, nos bueiros tradicionais, que por sua vez, através das ribeiras e linhas de água, acabam por desaguar no mar.





7.PESCAS, DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

A Agricultura e as Pescas assumem um papel determinante na economia regional e representam um setor fulcral nas nossas ilhas com forte dinâmica económica e empresarial, geradora de riqueza, emprego e inclusão social.

A agropecuária regional contribui com 32% da produção de leite de Portugal e 50% do queijo. Cerca de 80% da produção de lácteos açoriana é expedida, sobretudo, para o continente português. A produção de leite modernizou-se nos últimos anos, pelo que temos, hoje, leite de mais qualidade, explorações melhor apetrechadas e com capacidade de produção mais ajustada, sendo a valorização do leite açoriano uma tarefa urgente.

Atualmente o setor agropecuário conta com apoios do POSEI (que visa contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura de qualidade e sustentável tendo em destaque as situações inerentes à insularidade), do SAFIAGRI III (que permite aos agricultores açorianos contar com uma comparticipação pública em 30% dos juros relativos a empréstimos destinados à atividade agrícola) e do AGROCRÉDITO (uma linha de crédito criada com o objetivo de contribuir para o fortalecimento do fundo de maneo das explorações através da bonificação de juros).



7.PESCAS, DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

As exigências dos mercados obrigam a que as atuais práticas agrícolas e piscatórias tenham um cariz muito mais profissional e rentável que as de outrora, surgindo assim a necessidade de aumentar a aposta na Formação Profissional deste sector, através de programas de formação atualizados e à medida de cada ramo de atividade, garantindo, simultaneamente, a qualificação e a dignificação das condições de trabalho destes profissionais.

A pesca que depende tão fortemente do acesso ao espaço marítimo e a ecossistemas marinhos saudáveis já faz mostrar os efeitos das alterações climáticas, modificando a abundância e a distribuição das unidades populacionais. Face à atual exploração dos recursos piscícolas é necessário que se enverede por soluções razoáveis que permitam evitar chegar a uma situação que acarretaria consequências negativas no rendimento de toda a fileira, em particular dos pescadores e das comunidades piscatórias.

O território açoriano é predominantemente rural, pelo que as suas atividades agrícolas, piscatórias e florestais têm uma forte ligação ao seu ordenamento, à paisagem e à valorização dos habitats e dos recursos naturais. Para os Açores é prioritário continuar a tomar medidas que garantam a preservação dos diversos níveis e componentes naturais da biodiversidade.



7.PESCAS, DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

Os jovens devem olhar para a pesca e para agricultura como modos de vida atrativos, que permitam rendimentos estáveis, alvos de controlo e a monitorização científica com vista a que se tornem mais eficientes.

Desta forma, apresentamos as seguintes propostas:

1- No setor das Pescas

1.1 Remunerações dignas

O setor das pescas é um setor primário dos Açores, sendo por isso a forma de sustento de muitas famílias Açorianas. Devido à instabilidade da área, propomos, por isso, que os donos das embarcações funcionem segundo um esquema empresarial, atribuindo aos pescadores da sua embarcação um ordenado fixo, independentemente do armador (seja uma remuneração a part-time ou a full-time), bem como subsídio de férias e de Natal. Esta medida iria garantir mais estabilidade às famílias que dependem da área para sobreviver, ao mesmo tempo que iria incentivar mais pessoas a prosseguir na profissão de pescador.



7.PESCAS, DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

1.2 Selo e remuneração compensatória de “Barco Amigo”

Criar um selo para as embarcações que adotem comportamentos amigos do oceano e que sejam agentes promotores da preservação do mesmo. Reduzir o maior número possível de descargas no mar, incentivar à recolha de lixo que se encontra no mar para que aquando da chegada ao porto fosse colocado numa balança de um diapositivo de recolha de lixo e que pudesse receber um valor monetário por quilo de lixo recolhido.

2- No desenvolvimento rural:

2.1 Gestão de Riscos nos Açores

Preparar a gestão de riscos nos Açores, assegurando o pagamento do seguro de colheitas, animais e plantas, efetivando fundos que possam intervir em caso da ocorrência de fenómenos climáticos adversos, doenças de animais e de plantas, pragas e incidentes ambientais. Esta preparação também serviria como instrumento de estabilidade dos rendimentos, compensando assim os nossos agricultores em caso de diminuição acentuada dos seus rendimentos.



7.PESCAS, DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

3- No setor da agricultura:

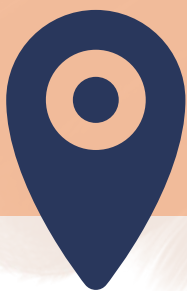
3.1 A primeira instalação

Reivindicar junto do Grupo Parlamentar do PSD Açores a criação de um grupo de estudos para reformar o projeto de apoio à primeira instalação para jovens agricultores e avaliação/atualização das tabelas para os que decidam trabalhar a 100% e para os que trabalham a part-time.

3.2 Mobilidade formativa

Já existem grupos de formação para a Agricultura nos Serviços Agrários de São Miguel, Terceira e Faial, que prestam serviço formativo às Ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge e Pico. Neste sentido, apelamos para que seja possível a mobilização formativa para o Grupo Ocidental, Flores e Corvo, cobrindo assim a totalidade da Região e incentivando à fixação de jovens na sua ilha contribuindo assim para a valorização de um setor primário da nossa Região.





8. TURISMO E MOBILIDADE

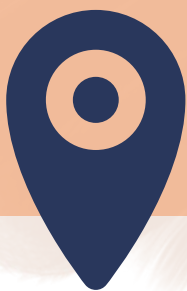
A Região Autónoma dos Açores possui, ao longo das suas nove ilhas, das suas nove realidades distintas, mas igualmente belas, recursos endógenos, produtos e infraestruturas turísticas com valor ímpar, o que permite à região oferecer aos seus habitantes bem como aos seus visitantes um produto turístico único.

Em 2022, os Açores consolidaram o seu estatuto de destino sustentável ao atingir o nível III de Prata da Certificação Internacional “Destino Sustentável” da Earth Check. É importante recordar que os Açores foram o primeiro destino de natureza do mundo, na categoria arquipélago, a ser galardoado pela Earth Check com o certificado de destino sustentável, em 2019.

2022 foi um ano extremamente positivo para os Açores, de acordo com os indicadores económicos.

Em 2022, nos meses de época alta (abril a setembro), os Açores registaram 699 mil hóspedes, comparativamente aos 676 mil da época alta de 2019, um aumento de 23 mil hóspedes (um aumento de 3,39%), segundo os dados disponíveis no SREA.

Em termos de passageiros desembarcados, também com referência nos meses de época alta, os Açores registaram 860 mil passageiros desembarcados nas suas nove ilhas, comparativamente aos 770 mil



8. TURISMO E MOBILIDADE

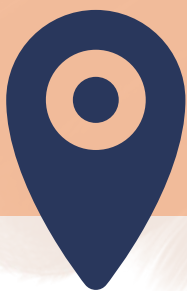
que se registaram em 2019, um aumento de 90 mil novos passageiros desembarcados (um aumento de 11,69%), de acordo com os dados do SREA.

Este aumento de visitantes, para além de valorizar a nossa economia, o que se traduz no aumento desta área no PIB da região, traz também alguns desafios, nomeadamente ao nível social e ao nível ambiental.

Desta feita, propomos:

1. Criação de mais locais de visita

Criar, ao longo das nove ilhas dos Açores, mais pontos de visita (miradouros, zonas de lazer, entre outros), principalmente nas ilhas mais locais propícios a reunir aglomerados populacionais, de forma a dispersar estes fluxos. O objetivo, para além de criar mais oferta ao visitante, passa por promover uma desconcentração dos fluxos de visitantes, o que irá ajudar a atenuar o desgaste proveniente dessas movimentações em massa.



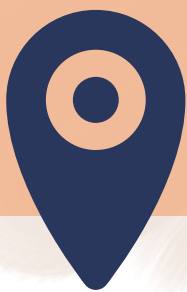
8. TURISMO E MOBILIDADE

2- Azores

Planear e criar, através da Visit Azores, mais campanhas de promoção (publicidades pagas nas redes sociais, campanhas Google, participação em feiras internacionais e criação de pacotes turísticos) das outras oito ilhas dos Açores, de forma a fomentar o desembarque e a pernoita nas mesmas. Esta proposta tem por fim dispersar os fluxos turísticos dos Açores, que são maioritariamente inerentes associados à ilha de São Miguel, não obstante o facto de a ilha verde ser também uma grande rampa de lançamento de visitantes para as restantes ilhas, e unificar as 9 ilhas como um só destino.

3- “Praia Acessível”

Efetivar e dotar, junto de todos os municípios dos Açores, todas as praias e zonas balneares dos Açores com material inclusivo de suporte às necessidades especiais, bem como à mobilidade reduzida, permitindo assim tornar as praias não só acessíveis para os seus habitantes, bem como para os nossos visitantes. Ao dotar as praias com estes materiais, incutir a necessidade de as mesmas serem candidatas ao programa “Praia Acessível”.



8. TURISMO E MOBILIDADE

4- Tourism Fits You

Capacitar os museus dos Açores bem como todos os serviços de informação turística possíveis com meios que possam tornar o acesso à informação e a experiência ao utilizador incapacitado mais inclusiva, atenuando, assim, a exclusão do turismo e do acesso à sua informação. Por exemplo, disponibilizar informação turística em braille (tanto nos folhetos e livros informativos, como nas placas afixadas às paredes), fornecer visita guiada acompanhada de áudio e guia intérpretes que dominassem linguagem gestual.

5- Sistema Colorad

Dotar todas as praias dos Açores bem como todos os semáforos, com o sistema *ColorADD*, permitindo, assim, à pessoa daltónica distinguir e aperceber-se das cores dos sinais de trânsito.



8. TURISMO E MOBILIDADE

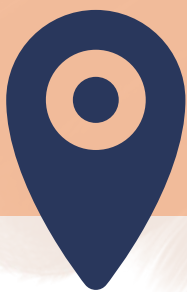
MOBILIDADE SUSTENTÁVEL

A Região Autónoma dos Açores, e o facto de ser um destino de natureza de excelência, necessita de estar alinhada com aquelas que são as diretrizes da União Europeia no que à proteção do ambiente diz respeito, nomeadamente ir ao encontro do exposto na Lei Europeia do Clima.

A Lei Europeia do Clima, aprovada em 2021, estabelece uma meta ambiciosa, mas igualmente fulcral para a proteção do clima, a qual prevê a meta da neutralidade carbónica até 2050 e um corte de 55% das emissões com efeito de estufa até 2030. A ser alcançada, este corte colocaria os valores de efeito de estufa registados em 1990.

Além disso, foi aprovada pela Assembleia da República a 31 de dezembro de 2021, a Lei de Bases do Clima (LBC), Lei n.º 98/2021, e com ela vários objetivos de governação e de políticas públicas para a ação climática.

Em harmonia com os objetivos europeus circunscritos na Lei Europeia do Clima, esta a LBC incide, em particular, no setor da mobilidade urbana e dos transportes, realçando a utilização dos transportes públicos e colocando grande parte dessa responsabilidade no Governo. A lei atribui ao Estado também a



8. TURISMO E MOBILIDADE

obrigação de promover modos ativos de deslocação, vendo estes como formas privilegiadas de alcançar a descarbonização.

Neste sentido, e no seguimento da aplicação europeia e nacional ao panorama regional, é importante não só aplicar parte destas obrigações ao cenário regional para fazer parte da solução climática, mas também porque é responsabilidade nossa garantir a sustentabilidade dos nossos recursos naturais, que, por si só, são o nosso maior atrativo turístico.

Tendo isto em consideração, propomos:

1- Aumentar apoios financeiros para a aquisição de veículos elétricos

Os veículos elétricos devem ser uma verdadeira aposta na Região e, para que isso se torne uma realidade, os valores dos incentivos financeiros para a aquisição de veículos elétricos e pontos de carregamento, circunscritos ao Plano para a Mobilidade Elétrica nos Açores (PMEA), e regulamentados de acordo com DLR n.º 4/2021/A, de 26 de abril. Neste sentido, aumentar o apoio financeiro a veículos automóveis ligeiros para 5.000€, para pessoas singulares, e 3.000€ para pessoas coletivas, 1000€ para motociclos de duas rodas ou ciclomotores, triciclos motorizados ou quadriciclos, 500€ para



8. TURISMO E MOBILIDADE

velocípedes com motor e 750€ para pontos de carregamento de veículos elétricos. Além disso, aumentar a aplicação destes apoios financeiros a veículo com um custo total inferior ou igual a 70.000€.

2- Azores Bus

Criação de uma aplicação móvel com todos os horários e rotas dos autocarros de todas as ilhas dos Açores, com sistema de GPS que permita ao utilizador aperceber-se da rota/localização do transporte, em tempo real.

3- Transportes públicos gratuitos para jovens estudantes e idosos

Isentar o pagamento do passe de autocarro a todos os açorianos maiores de 65 anos e a todos os jovens até aos 23 anos de idade, promovendo não só a utilização dos transportes públicos bem como dando a mão àqueles que um dia fizeram do passado o presente.



8. TURISMO E MOBILIDADE

5- Renovação da frota de transportes públicos, empresas públicas, administração pública, IPSS'S e associações

Iniciar o processo, de forma faseada, da troca da frota de autocarros para veículos elétricos bem como dos automóveis das empresas públicas e da administração pública, recorrendo a fundos regionais ou a fundos europeus, através de candidaturas a programas dessa natureza. Além disso, apoiar diretamente as IPSS's e as associações da Região com um incentivo fiscal ou financeiro que permita aos mesmos trocar ou adquirir, à partida, veículos elétricos, em vez de veículos alimentados por combustíveis fósseis.





9. CIDADANIA E AÇÃO SOCIAL

As diretivas no âmbito da Cidadania e Ação Social devem ser perspectivadas como um conjunto de medidas de política social ativa, com vista ao desenvolvimento social da Região Autónoma dos Açores.

Este tema é relevante para a promoção da coesão social e bem-estar dos cidadãos, na medida em que contribui para uma consciencialização coletiva dos problemas sociais, culminando na otimização dos recursos de intervenção e apresentando as respostas necessárias à exclusão social e pobreza.

A intervenção social associa-se inequivocamente ao ordenamento do território e urbanismo, à economia e ao mercado de trabalho, ao ambiente e à saúde, à educação e à formação cívica, à cultura e ao lazer, à mobilidade e aos transportes, pelo que apenas o desenvolvimento de projetos em parceria com instituições, comunidades locais e famílias permitirá a evolução neste domínio.

O combate a estes problemas revela-se igualmente vital, na medida em que se constitui como agente crítico para o progresso social, pondo fim às desigualdades e assimetrias, e contribuindo ativamente para a melhoria da qualidade de vida da população residente nos Açores.



9. CIDADANIA E AÇÃO SOCIAL

A intergeracionalidade, traduzida em interações sociais entre pessoas de diferentes idades baseadas em trocas de experiências de vida, valores e princípios, promove uma melhoria na cognição, aumento da autoestima, quebra do preconceito com o processo de envelhecimento, troca de experiências, fortalecimento de laços afetivos e a transferência de cultura e valores assim como o bem-estar dos jovens e idosos. Fortalece-se, assim, a construção de uma sociedade mais inclusiva, tolerante e respeitadora.

Desta forma, apresentamos as seguintes propostas:

1- Por um arquipélago sem assimetrias:

Com vista à inclusão social das crianças e jovens da nossa Região, é necessária uma redefinição das participações familiares em centros de atividades de tempos livres garantindo, desta forma, que as mesmas não se configurem como obstáculos à frequência das respostas sociais em causa, culminando na aquisição de competências transversais, por parte de grupos particularmente fragilizados, necessárias ao desempenho regular de uma futura atividade profissional e à manutenção de hábitos de trabalho.



9. CIDADANIA E AÇÃO SOCIAL

2- +Intergeracionalidade

Este projeto de voluntariado juvenil tem como objetivo combater o isolamento social, criando vias de diálogo comuns entre jovens e idosos. Traduzindo-se, por um lado, na valorização e sentimento de pertença dos idosos e, por outro, na aprendizagem de valores sociais por parte dos jovens. Esta estratégia assentaria num contacto regular com idosos institucionalizados ou em situação de vulnerabilidade, de modo a que em conjunto escrevessem as histórias de vida do passado desta geração que tanto tem para ensinar, projetando ensinamentos úteis para a comunidade juvenil.

3- Projetos de vida

Com vista a fomentar o desenvolvimento de competências pessoais e sociais sólidas e viáveis para o futuro dos jovens, propomos em associação com os gabinetes de psicologia escolar a orientação do futuro dos jovens com a criação de projetos de vida que visem a motivação para alcançar um caminho de vida mais promissor por parte dos mesmos.



9. CIDADANIA E AÇÃO SOCIAL

4- Parar a violência e a criminalidade

Nos Açores, os índices de violência e de criminalidade são elevados. Queremos ser parte integrante da solução, queremos ter uma palavra a dizer, consciencializados de que os resultados serão atingidos a médio/ longo prazo.

Liderar campanhas de sensibilização nas escolas sobre a violência no namoro, violência doméstica e violência física nos recintos escolares. Promover equipas multidisciplinares que possam desenvolver trabalhos de acompanhamento às vítimas, mas também aos agressores.

Conseguir planos de acompanhamentos para crianças e jovens que foram expostos a estas situações, para que amenize a influência que possa vir a ter nos seus projetos de vida. Junto das forças de segurança pública, organizar conversas, reflexões sobre a problemática da droga com os consumidores e auxiliá-los nos comportamentos saudáveis, para que um dia a reintegração na sociedade seja uma realidade.



JUVENTUDE
SOCIAL DEMOCRATA



10. JUVENTUDE E ASSOCIATIVISMO

Quando falamos da Juventude e no papel fulcral que esta desempenha na sociedade, inevitavelmente falamos também da importância da presença desta faixa-etária no associativismo.

O associativismo surge do pensamento livre, sendo uma herança direta do Estado de Direito Democrático, sendo apenas com a constituição da República Portuguesa de 1976 que se abre o caminho à liberdade de expressão e opinião, contrastando com a visão monopolizada outrora existente. Este “Estado Democrático” significa que o exercício do poder se fundamenta na participação popular, o que implica inegavelmente a participação dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais e controle atento do exercício do poder.

É, desta forma, que as associações se revelam ser imprescindíveis na sociedade, uma que vez que possibilitam aos seus associados o desenvolvimento de competências individuais e coletivas, e da sua capacidade crítica e interventiva, ativa e representativa, plural e objetiva, e, por conseguinte, atuam diariamente na preservação dos nossos meios, freguesias e concelhos, da nossa identidade cultural e patrimonial.



10. JUVENTUDE E ASSOCIATIVISMO

A Juventude, caracterizada pela sua vivacidade, irreverência e ambição, surge como factor primordial para a garantia da continuidade das associações. Assim sendo, apelar à participação cívica e associativa, dar ferramentas e mecanismos de atuação às associações e destacar a sua história, o seu empenho e trabalho desenvolvido é fulcral. Deste modo, propomos:

1- O “Ser Associação”

O “Ser Associação” consiste na atribuição de um vasto leque de benefícios, descontos em eventos desportivos, culturais e festivos, a todos os jovens, com idades compreendidas entre 14 e os 30 anos, que comprovadamente demonstrem ser membros efetivos de uma associação, independentemente do cariz da mesma.

2- A Majoração aos jovens líderes

Para as associações em que jovens, com idade igual ou superior a 18 anos e até aos 35 anos, decidam assumir a liderança efetiva de associações, independentemente da área associativa que incorporam e do seu número de associados, será atribuído uma majoração, entre



10. JUVENTUDE E ASSOCIATIVISMO

os 500€ e os 2500€, com o intuito de auxiliar no desenvolvimento do projeto definido para a associação em causa.

3- O Portal das Associações

Idealizamos a criação de um website, no qual conste a listagem de todas as associações a nível regional, bem como toda a sua apresentação, os seus dirigentes e respetivos contactos. Para além disto, este website seria capacitado de suporte personalizado, técnico-jurídico, de informação relevante para a gestão da burocracia interna associada aos trabalhos e desenvolvimento das associações, colmatando as necessidades da própria associação e dos seus dirigentes.





11. COESÃO TERRITORIAL, SOCIAL E ECONÓMICA

A singularidade geográfica da Região Autónoma dos Açores é em si mesma um constante desafio à coesão territorial, social e económica.

Durante os primeiros anos de Autonomia Político-Administrativa, o desenvolvimento dos transportes marítimo e aéreo bem como a construção de infraestruturas aeroportuárias e marítimas representaram os primeiros passos de aproximação dos açorianos, e contribuíram para a atenuação dos desafios inerentes à realidade arquipelágica e para uma ainda tímida conceção de açorianidade.

No cenário atual é manifesta a necessidade de ir mais além, de encontrar novas soluções e de garantir aos açorianos as condições necessárias para que se sintam nas suas ilhas, verdadeiramente, parte de um todo comum, ainda que abraçando e celebrando as especificidades e diferentes mundividências de cada ilha.

Deste modo, são propostas as seguintes medidas que consideramos essenciais para o aprofundamento da coesão territorial, social e económica do arquipélago:



11. COESÃO TERRITORIAL, SOCIAL E ECONÓMICA

1- Digitalizar para Ganhar

Os Açores devem apostar nas competências digitais e nos serviços à distância através da criação de uma plataforma digital que permita a oferta de empregos mais atrativos para os jovens, inclusive trabalho remoto (para as áreas que assim o permitem); dar a oportunidade de celebração de parcerias entre empresas criadas por jovens e a criação e disponibilização de informações, webinars, artigos, workshops de modo a esclarecer, informar e impulsionar o empreendedorismo jovem. E aumentar a oferta de formações online em áreas/profissões digitais destinadas aos jovens açorianos.

2- IncubAcores

Criar incubadoras empresariais dirigidas aos jovens, que apostem na criação do seu próprio posto de trabalho (criação de PME) em todas as ilhas de coesão e nos concelhos já considerados de coesão, como o Nordeste e Povoação.

3. Mercado Interno Regional

Proceder à melhoria das infraestruturas aeroportuárias e marítimas das diferentes ilhas de modo a concretizar a criação de um mercado



II. COESÃO TERRITORIAL, SOCIAL E ECONÓMICA

interno regional, assente nas especificidades ou vantagens competitivas de produção das mesmas;

4. “Manuel de Arriaga”

Criar um programa de intercâmbio escolar regional designado “Manuel de Arriaga” para as turmas dos 5.º e 6.º anos de escolaridade (2.º ciclo). Pretende-se que os alunos tenham a oportunidade de desenvolver/apresentar um projeto sobre História e Cultura dos Açores numa das escolas da ilha a eleger, anualmente, Capital da Cultura dos Açores.





12. AÇORES, EUROPA E O MUNDO

Os Açores, como parte integrante do território da República Portuguesa, encontram-se inseridos nas organizações internacionais e regionais a que a mesma está vinculada, constituindo, pela relevância da sua posição geoestratégica, a pedra angular do eixo Atlântico da política externa portuguesa.

Deste modo, os representantes da Região Autónoma dos Açores são intervenientes nas reuniões que lhe dizem respeito, ainda que dentro das competências consagradas pelo Estatuto político-administrativo.

A Região Autónoma dos Açores vive com a vontade de ir mais além, quer a nível regional e nacional, quer a nível europeu e internacional. As novas realidades políticas, os novos meios que nos possibilitam aproximarmo-nos cada vez mais da Europa e do mundo apresentam-se como catalisadores da promoção dos Açores no mapa, numa lógica concomitantemente bilateral e multilateral.

Ainda que a sua relação com a União Europeia patenteie a condição de insularidade, existe, de facto, uma cooperação entre os Açores e a União Europeia especial, caracterizada pelos princípios da subsidiariedade e proporcionalidade. No entanto, a inexistência de quadros legislativos e financeiros claros faz com que a Região fique



12. AÇORES, EUROPA E O MUNDO

sob incertezas quanto ao seu futuro e desenvolvimento, algo que deve ser revisto.

Por fim, a dimensão da comunidade açoriana na diáspora é demonstrativa da projeção da açorianidade, e potenciadora de laços transatlânticos que serão maiores quanto maior a proximidade das autoridades regionais. Neste sentido, defendemos:

1- Uma Base de Oportunidades

Apelo ao Governo da República para a necessidade de revisão do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América de 1995, bem como dos acordos Técnicos e Laborais, e para a exploração das potencialidades existentes na Base das Lajes para a instalação de uma agência da estrutura civil ou militar da NATO/OTAN;

2- Um futuro para a Ciência Espacial

Reforçar o potencial da Ilha de Santa Maria para a ciência espacial, não apenas no âmbito da PT Space como da ESA, mas também com a criação de um verdadeiro ecossistema espacial na ilha,



12. AÇORES, EUROPA E O MUNDO

representando uma oportunidade para o seu desenvolvimento, capitalizando novos investimentos e proporcionando assim novas oportunidades de emprego, tendo por base a preservação das características singulares ambientais da Ilha do Sol.

3- Garantia Autonomica

As Casas dos Açores são sinónimo de promoção e de garantia da nossa identidade açoriana onde quer que estejam implementadas. Devem servir para proteger a nossa cultura e como espaço de conforto, saudade e lembrança das vivências nas nossas ilhas. Aumentar os apoios às casas dos Açores existentes na Diáspora, em Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira para que possam promover mais atividades e eventos que encurtam a distância de casa aqueles que se encontram temporária ou de forma permanente longe da Região.

4- Conferência Internacional das RUPS

Criar uma Conferência Internacional das Regiões Ultraperiféricas anual onde se possam reunir todos os representantes das RUPS e discutir, planear e delinear objetivos para problemáticas comuns.





13. AUTONOMIA PARA AS NOVAS GERAÇÕES

Este governo tem um compromisso com cada uma das 9 ilhas dos Açores, desde Santa Maria ao Corvo, respeitando e valorizando a identidade e a capacidade de cada ilha, porque todos os Açorianos contam.

Neste sentido, temos adotado uma política de governação de maior proximidade com as pessoas, de maior transparência nos vários procedimentos, de maior rigor na decisão, indo ao encontro de uma maior e melhor coesão territorial e social.

Um dos temas mais importante para os Açores, enquanto Região Autónoma, é o seu estatuto autonómico, pois, de acordo com a subsidiariedade, nada nem ninguém melhor do que nós pode resolver os mais diversos desafios, inerentes às nossas especificidades.

Em matéria de autonomia, é necessária uma revisão urgente, pois não existem temáticas só da Região ou só do Estado. O que importa é o desenvolvimento dos Açores, portanto, terá de existir corresponsabilização e cumprimento das obrigações de soberania em cooperação com a Região.



13. AUTONOMIA PARA AS NOVAS GERAÇÕES

A Autonomia tem a sua dimensão e a sua plena prossecução, daí ser relevante clarificar as competências regionais que levantam dúvidas constitucionais, tais como a Lei das Finanças, a Lei do Mar, a representação no Parlamento Europeu, entre outros.

Assim, no respeito absoluto das competências próprias do parlamento, este Governo reconhece a necessidade de aprofundar a autonomia, de modo a preservar o nosso estatuto de “Açorienidade”. Propomos, desta forma, o seguinte:

1-Fora da caixa

Os jovens são a garantia do futuro político da nossa região e do nosso país. Por isso, defendemos a criação de um círculo eleitoral próprio para a Assembleia Legislativa Nacional para a juventude;

2-Lei das Finanças

Revisão da Lei das Finanças da Região Autónoma dos Açores, havendo uma compensação do Governo Central nas transferências para a RAA, acompanhando, assim, o financiamento o aumento de



13. AUTONOMIA PARA AS NOVAS GERAÇÕES

preços e as necessidades, dada a equivalência aos preços de Portugal Continental;

3- Revisão Constitucional

Revisão Constitucional que clarifique e, ao mesmo tempo, amplifique as competências legislativas regionais quanto ao domínio público marítimo, designando de um juiz para o Tribunal Constitucional por cada Região Autónoma;

4- Descentralismo

Revisão das leis eleitorais, estudando a criação de um círculo eleitoral próprio no âmbito da eleição dos deputados ao Parlamento Europeu, garantindo a presença de representatividade na Europa, não deixando esta decisão ao sabor do vento nem de boas vontades centrais.





14. PODER LOCAL

Uma relação próxima com as nossas comunidades e com os nossos cidadãos foi, é e sempre será um desígnio da JSD Açores e nunca poderíamos descurar do mesmo nas linhas que nos regem para o futuro da Região e da nossa estrutura.

O poder local, especialmente os 19 municípios e as 156 freguesias consagrados no Estatuto Político-Administrativo dos Açores, são a forma mais próxima e direta de cooperação e de desenvolvimento das nossas 9 ilhas. Um orçamento próprio e uma liberdade administrativa aliados ao conhecimento profundo da sua própria realidade permite ao poder local sinalizar, intervir e consequentemente dar resposta aos problemas mais diretos e específicos dos seus municípios, problemas estes que podem não ser tão facilmente detetados pelo poder central, em parte devido à nossa condição insular e arquipelágica.

E é nesta área, tão próxima e concreta, que nós, jovens, com a nossa vontade própria e alguma dose de uma saudável irreverência fruto da nossa juventude, temos um importante contributo a dar à sociedade em que estamos inseridos. A participação cívica, mais do que um Direito consagrado na nossa Constituição, é um Dever de todos e para todos.



14. PODER LOCAL

A participação cívica em Assembleias de Freguesia, Assembleias Municipais ou até mesmo em reuniões camarárias tem e deve ser encorajada e incentivada, até porque os próprios regulamentos preveem um período inicial para intervenções livres da comunidade em geral. A juventude açoriana, cada vez mais atenta e formada, tem facilidade na identificação dos problemas que a atormentam e aos seus concidadãos e mais facilidade tem na apresentação de soluções, projetos e ideias diferentes e arrojadas para ultrapassar as adversidades que identificam nas suas freguesias e o nos seus concelhos. Posto isto, defendemos e advogamos:

1 – A implementação do Orçamento Participativo Municipal Jovem em todos os Municípios dos Açores;

É cada vez mais importante permitir que os jovens ocupem o espaço público com a apresentação de ideias e propostas que visem melhorar e facilitar a vida da população açoriana, fazendo, desta forma, proveito daquela que é a geração mais bem preparada de sempre. O Orçamento Participativo Jovem é, sem dúvida, uma ótima ferramenta para incentivar a participação ativa da juventude, dando-lhe a oportunidade de idealizarem os seus projetos e colocá-los em prática em prol dos seus meios de residência.



14. PODER LOCAL

2 - Cumprimento e inclusividade nos Conselhos Municipais de Juventude;

Apelamos ao cumprimento dos Conselhos Municipais de Juventude em todos os concelhos da Região. Os CMJ assumem um papel importantíssimo para o desenvolvimento dos municípios e das freguesias que os compõem - um exercício de cidadania e participação política junto dos mais novos. Neste sentido, propomos às autarquias que adotem comportamentos inclusivos para que nenhum jovem fique impossibilitado de se expressar sobre aquilo que lhes diz respeito - o futuro, começando, naturalmente, pela contratação de intérpretes de língua gestual.

3 – Núcleo de Apoio ao Idoso

Diariamente deparamo-nos com o despovoamento dos nossos concelhos e, por consequência, com o envelhecimento populacional dos mesmos. É, por isso, que urge a necessidade da criação de núcleos de apoio ao idoso com o objetivo de atenuar a solidão e as dificuldades sentidas por esta faixa etária. Nestes núcleos, consideramos ser também essencial a inclusão de voluntariado jovem, permitindo um contacto direto e uma troca de vivências e experiências intergeracionais.



JSD
Açores

The logo for JSD Açores is positioned in the upper left quadrant. It features the letters 'JSD' in a large, bold, dark blue serif font. Below 'JSD', the word 'Açores' is written in a smaller, dark blue serif font. To the left of the text is a stylized blue graphic element resembling a wave or a partial circle. A thick, yellow curved line sweeps across the background from the upper right towards the lower left, passing behind the logo.



15. JSD - PAPEL A ASSUMIR NO PSD

A Juventude Social Democrata dos Açores assume-se como a voz representativa da juventude açoriana junto do Partido Social Democrata dos Açores. Os contributos, as causas, as propostas e soluções ao longo da história da JSD marcam a sua atividade intrínseca e disponível em prol da juventude açoriana e dos Açores.

A simplicidade na ação e o pragmatismo na solução são características que nos caracterizam de forma credível e proponente para a ação conjunta, como braço armado, com o PSD Açores.

Auscultar a opinião da juventude, respeitar a pluralidade das suas opiniões e posições, ter em consideração a sua irreverência, seja na ação política, seja na participação cívica são desígnios que o PSD Açores deve ter em consideração.

Nós, enquanto jovens, sabemos onde estamos e para onde queremos ir e, acima de tudo, sabemos como ir. Impulsionadores das nossas freguesias e dos nossos concelhos, conscientes dos desafios que se avizinham, estamos disponíveis e prontos para sermos mais e melhores na JSD e no PSD, pelos Açores. Assim, advogamos:



15. JSD - PAPEL A ASSUMIR NO PSD

1- Eu sou militante da JSD

Pretendemos continuar a devolver a nossa JSD aos jovens. Nas ruas, nos cafés, nas bibliotecas, sem receios e ou medos. É preciso ter orgulho em fazer parte da JSD. Aos que já cá estiveram, obrigado. Aos que cá estão, seguimos juntos. Aos que cá chegam, sejam bem-vindos! Fazer militantes como garantia da vivacidade da estrutura e da pluralidade da ação contributiva em prol dos Açores.

2- Da “Base” para o “Topo

Ir de freguesia em freguesia, de concelho em concelho, junto do nosso Partido a criar laços mais fortes com os nossos simpatizantes e militantes. Inaugurar núcleos de freguesia, reativar estruturas concelhias e de ilhas para que todos estejam representados e possam expressar as preocupações das suas realidades.

3- +Formação

O pacote “+Formação”. A JSD é uma escola de formação política e cívica - a maior e melhor dos Açores. Temos que ter as ferramentas e os mecanismos oleados para formar quem cá está e para quem chega. Disponibilizar meios formativos aos nossos militantes,



15. JSD - PAPEL A ASSUMIR NO PSD

através de reuniões temáticas, fóruns, quóruns, entre outros eventos para que possamos estar sempre prontos para a defesa intransigente da nossa juventude.

4- Encontro Regional das CPC'S e CPI'S

À semelhança do que já existe a nível nacional, pretendemos organizar o Encontro Regional de Concelhias e de Ilhas. Estreitar laços, partilhar experiências e crescermos todos juntos é um desígnio nosso do qual tu não podes ficar de fora.

5- Os quadros do futuro

Os militantes da JSD têm dado um contributo inegável à estrutura, ao PSD e à Região. Estaremos disponíveis para ser parte integrante de projetos, seja nas freguesias, seja nos concelhos, seja na Região. A JSD pode e deve estar sempre representada. O nosso compromisso é liderar 2023, ganhar em 2024 e 2025 e projetar os Açores para outros patamares. Também seremos agentes de combate à abstenção juvenil.



15. JSD - PAPEL A ASSUMIR NO PSD

6- Reuniões periódicas com o Grupo Parlamentar do PSD Açores

Pretendemos desenvolver reuniões com maior periodicidade com o líder do Grupo Parlamentar do PSD Açores e com todos os deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e à Assembleia da República Portuguesa, promovendo uma relação de parceria, organizada e proponente, de soluções para a juventude açoriana. A juventude terá que ser palavra de ordem no desenvolvimento dos nossos trabalhos.





Primeiro a
JUVENTUDE
AÇORIANA!

